



**Data:** 25.05.2020

**Título:** Mais de 1500 pessoas internadas em hospitais, apesar de terem alta

**Pub:**



**Tipo:** Jornal Nacional Diário

**Secção:** Nacional

**Pág:** 1;2;3

# Mais de 1500 pessoas internadas em hospitais, apesar de terem alta

No caso da covid-19, 18% dos doentes tiveram alta clínica, mas não abandonaram hospitais • Pandemia agrava desigualdades • 180 mil foram ontem à praia a sul de Lisboa sem incidentes **Destaque 2 a 11, Sociedade 20**

Área: 1305cm² / 46%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6850182



Data: 25.05.2020

Título: Mais de 1500 pessoas internadas em hospitais, apesar de terem alta

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;2;3



# Pandemia expõe e agrava as desigualdades já existentes

A história já o fazia adivinhar e os primeiros indicadores e estudos confirmam-no, em Portugal e no resto do mundo: a desigualdade entre as pessoas (e entre os países) determina o impacto da pandemia e tende a agravar-se ainda mais

Sérgio Aníbal

**A** primeira vista, poderia parecer que a pandemia do novo coronavírus serviria para mostrar que somos todos iguais. Todas as pessoas podem apanhar a doença e nenhum país, por mais poderoso que seja, se mostrou capaz de impedir a entrada do vírus. No entanto, está a tornar-se cada vez mais evidente que a pandemia está, seja entre as pessoas, seja entre os países, a atacar de forma mais forte os mais pobres e, depois, a acentuar as desigualdades de rendimentos já antes existentes.

A generalidade dos estudos realizados e dos indicadores já conhecidos apontam nesse sentido. Tanto em Portugal como a nível internacional, é notório que, por um lado, os grupos à partida menos privilegiados ficaram em média mais expostos ao vírus e, por outro, esses mesmos grupos acabam por ter a sua situação financeira mais fortemente penalizada, agravando o nível de desigualdade de rendimentos anteriormente existente.

A lógica para que os mais pobres fiquem em média mais expostos à doença é simples. São aqueles que têm menos possibilidade de não trabalharem se isso significar abdicar da totalidade ou de parte do rendimento e são também aqueles que, em média,

têm trabalhos menos qualificados e, por isso, com menores probabilidades de poderem ser executados à distância, através do teletrabalho. Assim, ao terem de sair mais de casa para trabalhar, essas pessoas ficam mais expostas.

Um estudo realizado nos EUA pelo Centro Furman, da Universidade de Nova Iorque, analisou o número de casos de covid-19 em cada um dos bairros de Nova Iorque e chegou à conclusão que os bairros com uma maior percentagem de casos são aqueles em que o rendimento mediano é mais baixo, onde uma maior parte da população é negra e hispânica, onde os seus residentes têm menos probabilidades de trabalhar a partir de casa e de ter uma ligação à Internet, dependendo mais dos transportes públicos para se deslocarem.

## Maior exposição à doença

Em Portugal, uma análise realizada pela Escola Nacional de Saúde Pública conclui que os concelhos com maiores taxas de desemprego e maiores desigualdades de rendimento são aqueles que têm maior número acumulado de casos de covid-19, um sinal do perfil “marcadamente desigual” da pandemia, afectando de forma mais acentuada os concelhos com “um perfil socioeconómico mais precário”. Para além desta maior exposição à doença, começa já a compro-

var-se que, mesmo sobrevivendo à pandemia, as pessoas nos escalões de rendimento mais baixo se arriscam, durante e após a crise sanitária, a ser os mais penalizados financeiramente pela crise económica.

Esta é uma característica que se registou também em pandemias do passado. Três economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) analisaram os efeitos das pandemias das últimas duas décadas em indicadores como o índice de Gini – o indicador mais frequentemente utilizado para medir o nível de desigualdade na distribuição de rendimento – ou a taxa de emprego por grau de escolaridade, e a conclusão a que chegaram foi que estes acontecimentos prejudicaram de forma mais acentuada as pessoas com rendimentos mais baixos e conduziram a um agravamento da desigualdade pelo menos durante os cinco anos seguintes.

Já há sinais claros de que o mesmo esteja a acontecer com a pandemia do coronavírus. Incluindo em Portugal. O barómetro realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública também revela que é entre os escalões de rendimento mais baixos que encontram as pessoas agora a sofrer impactos

Área: 1305cm² / 46%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6850182



Data: 25.05.2020

Título: Mais de 1500 pessoas internadas em hospitais, apesar de terem alta

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;2;3



**Além de maior exposição à doença, escalões de rendimentos mais baixo são os primeiros a sofrer a nível económico**

Área: 1305cm² / 46%

FOTO Tiragem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 6850182



Data: 25.05.2020

Titulo: Mais de 1500 pessoas internadas em hospitais, apesar de terem alta

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário



Secção: Nacional

Pág: 1;2;3

mais negativos, quer por via do desemprego, quer por via da perda de rendimento.

Entre as pessoas inquiridas, no caso das que ganham menos de 650 euros ao mês, uma em cada quatro diz ter perdido totalmente o seu rendimento, ao passo que entre as pessoas com rendimentos superiores a 2500 euros, isso aconteceu apenas em 6% dos casos.

O Banco de Portugal também procurou analisar esta questão, chegando a conclusões um pouco diferentes. Não recorreu a inquéritos, assumindo antes diferentes choques na actividade de cada sector e inferindo daí o impacto que a aplicação do *layoff* simplificado pode ter no rendimento dos trabalhadores. Com base nesta metodologia, chegou à conclusão que quem perde mais rendimento do trabalho são os dois extremos, os mais ricos e os mais pobres. E que, tendo em conta que entre os últimos o peso do rendimento dos benefícios sociais (pensões, por exemplo) é maior, estes acabam por sentir um efeito menor no rendimento total.

### Na linha da frente

Carlos Farinha Rodrigues, professor do Instituto Superior de Economia e Gestão, especializado em questões de desigualdade económica e social, assinala contudo que este estudo do BdP “se baseia unicamente na economia formal”. “São estudos obviamente úteis, mas não podemos confundir os rendimentos obtidos na economia formal com a totalidade dos rendimentos que existem na economia”, afirma, defendendo que “é evidente que se assiste neste momento a um aumento grande da desigualdade”.

Uma das causas para este agravamento da desigualdade está precisamente nas diferenças que se verificam no impacto sentido pelos trabalhadores do sector formal da economia e pelos do sector informal, aqueles com vínculos de trabalho mais precários e que, perante a quebra de procura registada na economia, foram os primeiros a perder o seu rendimento, sem que pudessem aceder de forma imediata a um apoio social.

Esta é uma característica que nesta crise é mais marcada do que na crise anterior, de 2013, assinala Carlos Farinha Rodrigues. “Na crise anterior, ainda tínhamos o sector informal a

servir de escape, com os biscates, por exemplo na área do turismo, mas agora nada disso está a funcionar. E isto torna-se ainda mais grave porque uma grande parte dos apoios sociais mais standardizados não contam para estas pessoas que estão no sector informal”, afirma.

Esta “fragilidade” do sistema de apoio social, defende, é algo que deve ser uma preocupação presente nas políticas a adoptar durante a retoma. “Há um período em que o que temos de ter é políticas de emergência, para tentar colmatar as principais lacunas. Mas, depois, o que é preciso é um processo de recuperação económica inclusivo, que assegure o emprego e uma política de apoio social, com alguns novos instrumentos”, diz.

E, lembrando que “as crises podem ser um incentivo para fazermos reformas que adiamos”, defende que “quando olhamos para a situação muito difícil que as pessoas a recibos verdes estão a passar – e sabemos que em muitos casos eles são falsos recibos verdes –, temos de nos questionar, como sociedade, se queremos mesmo deixar tudo na mesma”.

Carlos Farinha Rodrigues fala ainda de outras formas como se estão a “acentuar desigualdades pré-existentes”. “A maior dificuldade de acesso aos serviços e a paragem do sistema escolar, apesar do esforço realizado, são em si mesmo um factor de agravamento das desigualdades. Muitos alunos não têm computadores e Internet, e mesmo que isso seja suprimido, a diferença dos apoios que têm em casa é evidente. Na nossa sociedade, o sistema educativo é dos que mais tenta contrariar as desigualdades, mas isso também agora sofreu efeitos nefastos e potencia a replicação das actuais desigualdades para o futuro”, diz o professor do ISEG.

### Os muito ricos que paguem a crise?

Ao mesmo tempo que os mais pobres são especialmente penalizados, há também razões para pensar que um outro segmento da população, os mais ricos entre os mais ricos, pode conseguir escapar a perdas significativas no seu rendimento. E um dos motivos está na forma como os bancos centrais ganharam o papel central na resposta das autoridades ao impacto económico negativo.

Se é verdade que há milionários que estão a perder muito dinheiro com esta crise, basta olhar para aquilo que tem acontecido nas bolsas para perceber que as perdas dos detentores de capital da maior parte das empresas podem ser, como aconteceu com a anterior crise, rapidamente revertidas. O índice Dow Jones da bolsa de Nova Iorque, depois de uma queda a pique de cerca de 35% do seu valor entre o final de Fevereiro e o final de Março, registou, desde então, mesmo com as economias em queda e o desemprego a aumentar, uma subida de cerca de 31% do seu valor.

Esta capacidade de recuperação do valor das empresas é em larga medida explicada pelos efeitos da política monetária que tem sido seguida durante a crise. Na zona euro, EUA, Japão e Reino Unido, os bancos centrais foram os primeiros a tomar medidas e continuam, perante a hesitação dos Estados em irem mais longe na política orçamental, a ser decisivos para assegurar que são injectados estímulos e liquidez às economias.

Isso é feito, numa altura em que as taxas de juro já estão a zero, através da aquisição massiva de activos financeiros: títulos de dívida dos Estados, obrigações empresariais ou papel comercial emitido pelas empresas.

Uma das consequências é uma subida do preço dos activos financeiros, que, como são detidos numa grande proporção pelos mais ricos da sociedade, estes acabam por sair beneficiados.

Uma coisa também é evidente: a acção decidida dos bancos centrais e o seu compromisso de garantir que não se sente falta de liquidez nos mercados é uma das razões para que, mesmo numa conjuntura económica que é a pior desde a Grande Depressão, as principais bolsas, depois do choque negativo inicial, estejam a conseguir uma recuperação significativa nos seus índices.

Não surpreende, por isso, que neste cenário voltem a ganhar força as propostas de agravamento da tributação dos muito ricos, aqueles que têm uma maior disponibilidade para contribuir para o esforço financeiro que tem vindo a ser feito pelos Estados para combater a crise.

Três economistas – Emmanuel Saez, Camille Landais, Gabriel Zuc-



Data: 25.05.2020

Título: Mais de 1500 pessoas internadas em hospitais, apesar de terem alta

Pub:



Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;2;3



man – lançaram uma proposta de criação à escala europeia, com carácter temporário, de um imposto sobre a fortuna dos 1% mais ricos. Os autores estimam que esta pequena parte da população detém 22,5% do total da riqueza na Europa. E que, cobrando durante dez anos uma pequena taxa adicional de imposto, seria possível financiar um plano de recuperação económica equivalente a 10% do PIB europeu – isto é, mais do dobro do plano de 500 mil milhões de euros recentemente propostos pela Alema-

nha e a França.

O plano de recuperação europeia, aliás, destina-se a fazer face a um outro agravamento de desigualdade que é potenciado pela pandemia. São os países mais ricos da UE aqueles que têm à partida uma maior capacidade orçamental para poder lançar os estímulos necessários para contrariar a recessão. E países como a Itália, Portugal ou a Grécia, com rácios de dívida pública mais elevados, podem estar mais limitados para o fazer, arriscando-se a ver a sua distância

face aos países mais ricos da Europa alargar-se ainda mais.

A desigualdade entre países está longe no entanto de estar limitada à Europa, podendo ser muito mais preocupante à escala mundial entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. E faz com que seja também provável que o impacto económico da pandemia seja substancialmente mais doloroso.

[sergio.anibal@publico.pt](mailto:sergio.anibal@publico.pt)



**Na crise anterior, ainda tínhamos o sector informal a servir de escape (...). Mas agora nada disso está a funcionar**

**Carlos Farinha Rodrigues**

Professor do ISEG

Área: 1305cm<sup>2</sup> / 46%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6850182